



vol.02

n. 01

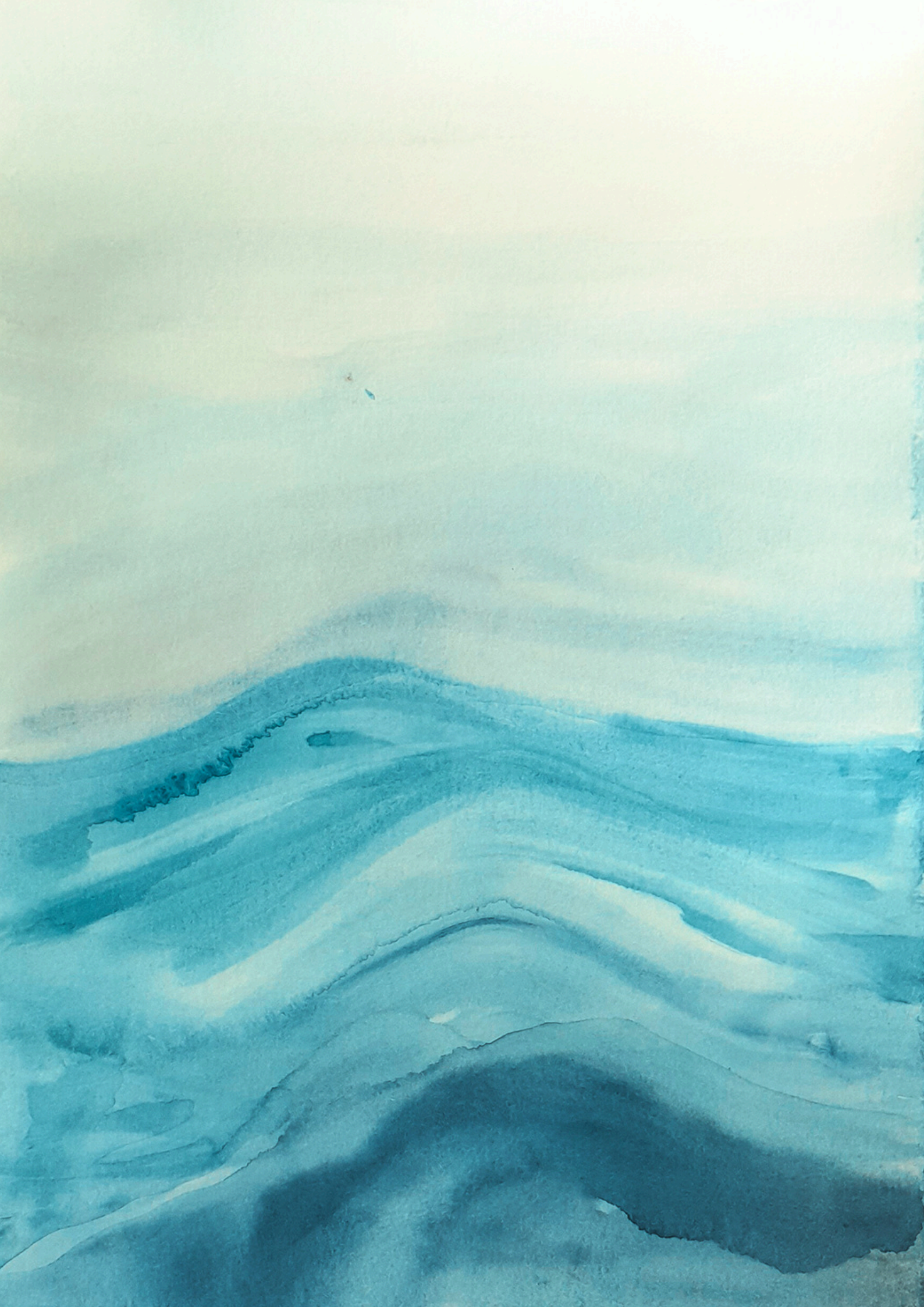
2024

ISSN 2965-6427

pedagogia da

AN
CES
TRA
LI
DA
DE

Buzios



pedagogia da

ANCESTRALIDADE

ISSN 2965-6427

Volume 02, número 01, ano 2024

Concepção

Primeira turma do curso de extensão "Pedagogia da Ancestralidade"

Produção e edição

Roberta Gil

Glabia Soraia Andrade Silva

Carlos Alexandre Rodrigues Pereira

Natália Alvim Braz

Revisão

Segunda turma do curso de extensão "Pedagogia da Ancestralidade"

Realização e publicação

Coletyva Pyndorama

Rua Angelita lt 07 Qd 19, Campos Elysios, Duque de Caxias.

CEP 25223-590

Contato: coletyvapyndorama@gmail.com

Promoção

Instituto Hoju

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências e Tecnologias Africanas, Indígenas e Diaspóricas (G PI), UFRJ

Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Marakàn'á

Capa

“Búzios”, por Isis do Carmo

Contracapa

“Mar”, por Carlos Pereira

Revista produzida e editada no Canva Pro

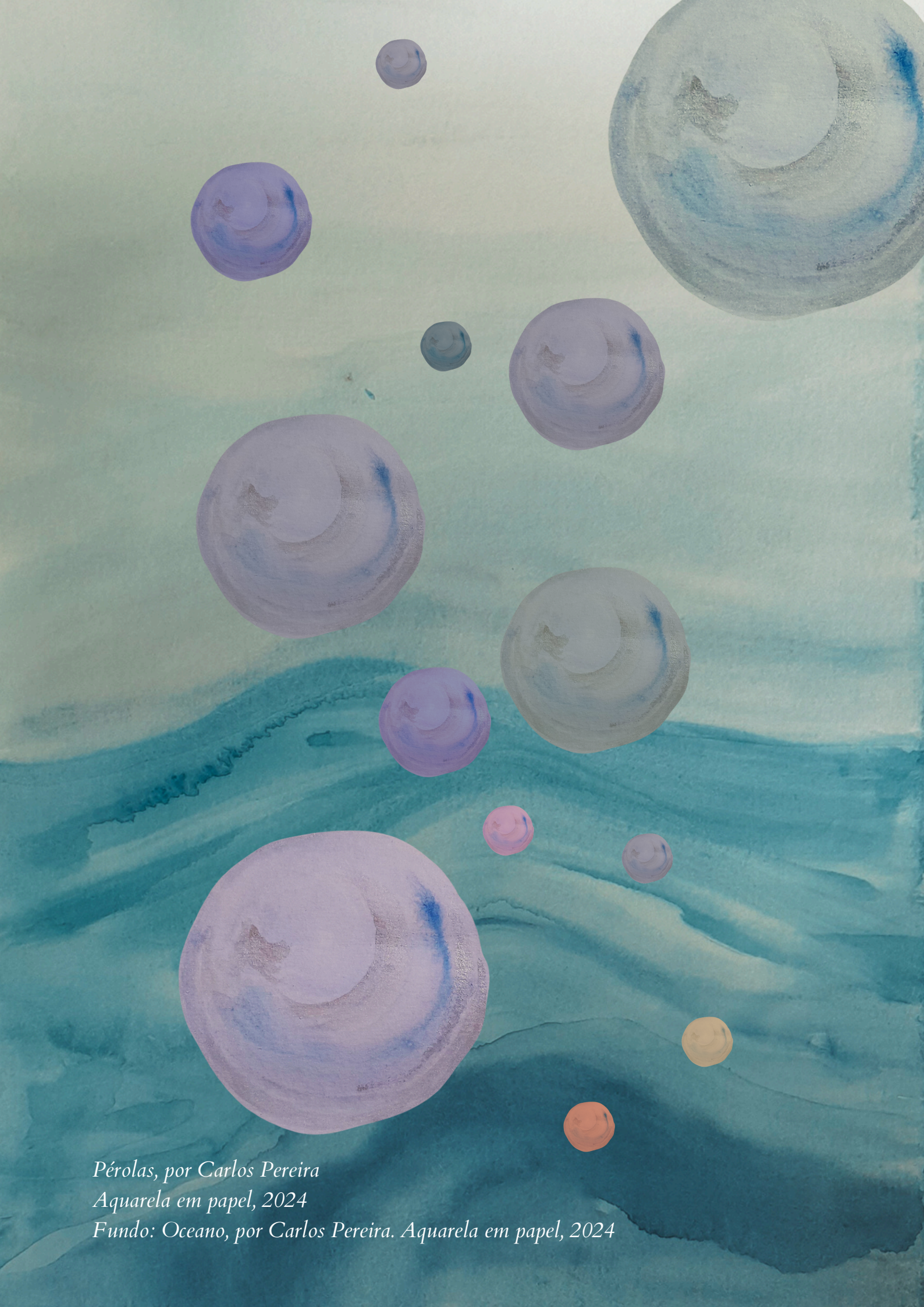
Classificação da Informação

As informações contidas neste documento são direcionadas para fins educativos. Direitos autorais cedidos pelos autores à Coletyva Pyndorama. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Rio de Janeiro, abril de 2024



*Espelho de Yemanjá, por Isis do Carmo
Pintura em tecido, 2024*



*Pérolas, por Carlos Pereira
Aquarela em papel, 2024*

Fundo: Oceano, por Carlos Pereira. Aquarela em papel, 2024

sobre o **GPI**

GPI é o Grupo de pesquisa interdisciplinar em ciências e tecnologias africanas, indígenas e diaspóricas, criado em 2020 por Carlos Alexandre Rodrigues Pereira, assim que ele assumiu o cargo de professor no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides), um órgão suplementar do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A criação do GPI foi pensada para institucionalizar na UFRJ, no âmbito da pesquisa, as ações interdisciplinares que estavam sendo desenvolvidas e/ou criadas com foco nas ciências e tecnologias africanas, indígenas e diaspóricas. O grupo se organizou de diferentes formas ao longo do tempo, se estruturando conforme as experiências vividas e a interação entre as pessoas. Hoje, considera seis eixos de atuação, ou linhas de pesquisa: 1) **Corpo, território, cultura e identidade**, que se dedica a estudos sociais que abordem a relação entre os processos de construção de identidades e corporeidades e os processos de territorialização. Considera, em suas abordagens, as manifestações de culturas, o estabelecimento de relações e vínculos, a manifestação de determinantes sociais de saúde e a capacidade de agência. Busca, também, a construção partilhada de conhecimento na perspectiva de territórios de favela, periferia e subúrbio sobre

ambiente, saúde, tecnologia e bem-viver; 2) **Diásporas negras e indígenas**, dedicada a estudar os movimentos de diáspora de comunidades negras e indígenas, tendo como enfoque principal, porém não exclusivo, as comunidades negro-africanas e as comunidades indígenas no Brasil, entendendo diásporas como processos de migração, voluntários ou não, que são contextualizados no tempo e no espaço; 3) **Estudos de Gênero e Sexualidade**, que visa a estudos sobre gênero e sexualidade a partir de diferentes matrizes civilizatórias, em especial as cosmopercepções africanas, afrobrasileiras e indígenas. Aborda, também, gênero e sexualidade na contemporaneidade ocidental a partir da perspectiva negra, da dissidência, da comunidade lgbtqiapnb+, do corpo gordo, do corpo com deficiência, partindo de perspectivas não convencionais, em abordagens que considerem a interseccionalidade entre raça, etnia, território e classe. 4) **Povos e comunidades tradicionais no Brasil, suas historiografias e tecnologias**, que aborda conhecimentos e tecnologias de povos e comunidades tradicionais e sua confluência com outras matrizes tecnocientíficas; 5) **Sociedades africanas e afrodiaspóricas, suas historiografias e tecnologias**, que visa desenvolver estudos sobre culturas africanas e afrodiaspóricas, apoiado no arcabouço teórico das suas filosofias endógenas; e 6) **Sistemas Tradicionais de Medicina e sua interação com sistemas de Medicina Ocidental**, que visa promover pesquisa sobre os sistemas tradicionais de medicina indígenas e africanos e sua contribuição para a cultura popular brasileira de



cuidado em saúde. Visa, também, pesquisar sobre a interação entre os sistemas tradicionais e os sistemas convencionais de medicina ocidentais, destacando possibilidades de institucionalização, por exemplo, via políticas para práticas integrativas e complementares em saúde.

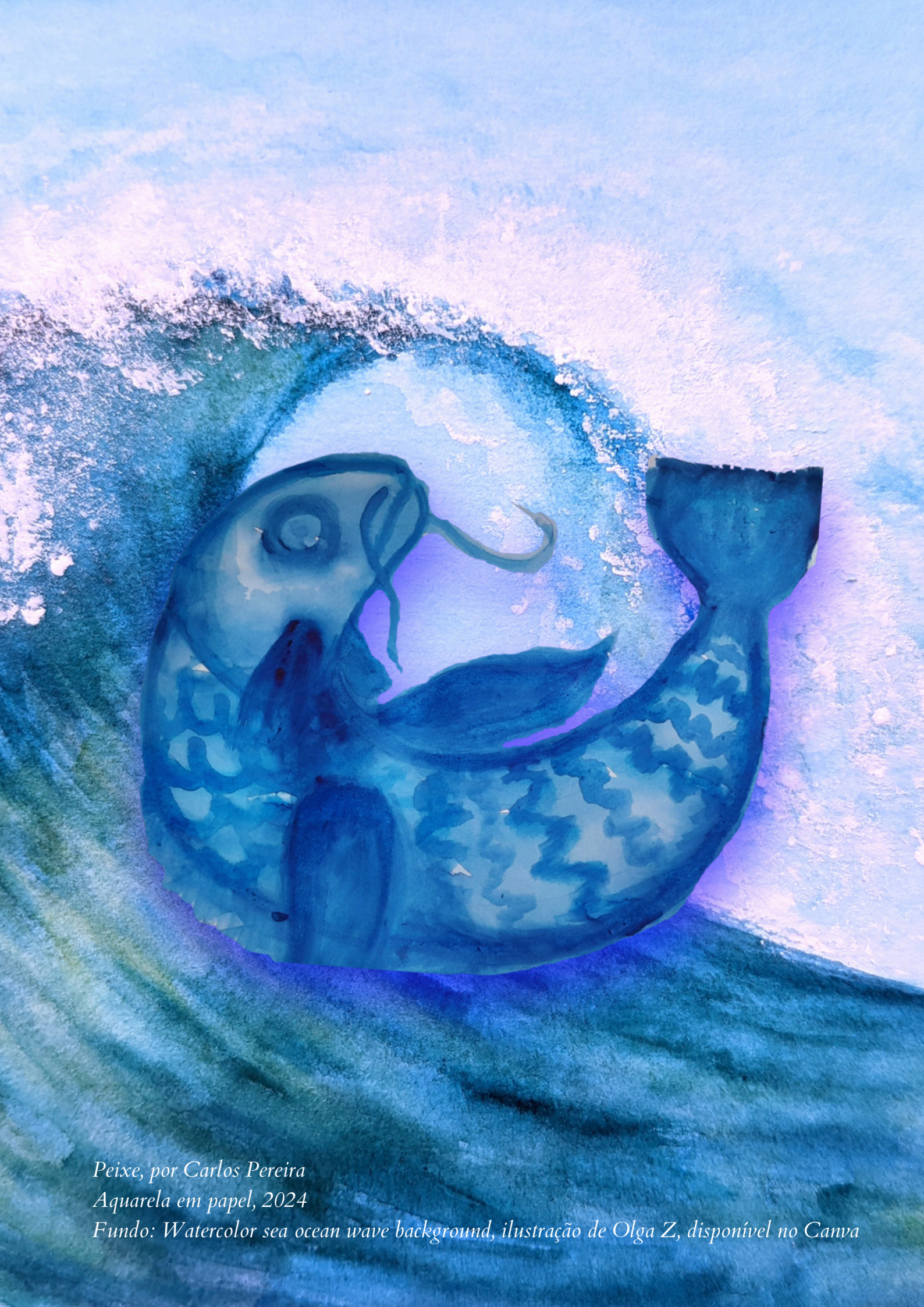
O GPI foi inicialmente criado sob o nome de Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação, Saúde, Ambiente e Cultura Africana, Afro-diaspórica e Indígena, nome que destacava os campos de estudo envolvidos nas abordagens do grupo. Contudo, em 2022, teve seu nome alterado para destacar mais seu foco de interesse que é o debate sobre ciências e tecnologias africanas, indígenas e diaspóricas. Outra alteração foi o reconhecimento de que movimentos de diáspora, sejam eles voluntários ou não, acontecem em todas as culturas, em todos os tempos. Por isso, o termo diaspóricas foi destacada no nome, não se referindo mais somente a diásporas negras que contribuíram para a formação de culturas afrobrasileiras, mas também outros movimentos de diáspora, de antes e

de agora, inclusive de indígenas. Tal perspectiva proporciona a abordagem de outras comunidades tradicionais a partir de movimentos diaspóricos, tendo como bases principais os berços negro e indígena.

A identidade visual do grupo foi criada pelo artista Felipe Sousa de Souza, que integrou dois símbolos *adinkra* (*Sankofa* e *Asase Ye Duru*) com a Folha e pendão da Sangra D'Água. *Sankofa* é um *adinkra* que representa a sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro e *Asase Ye Duru* representa a divindade da mãe Terra. A Sangra D'Água (*Croton urucurana*) é árvore nativa da América do Sul e sua folha tem formato semelhante ao desenho de um coração. Seu látex tem propriedades terapêuticas e é usado na contenção de sangramentos e sua madeira pode ser usada para embarcações.

Para saber mais sobre o GPI acesse o perfil do grupo no [Instagram](#) que também pode ser acessado pela imagem abaixo. O contato do grupo é pelo e-mail gpigrupodepesquisa@gmail.com





*Peixe, por Carlos Pereira
Aquarela em papel, 2024*

Fundo: Watercolor sea ocean wave background, ilustração de Olga Z, disponível no Canva

sobre a COLETYVA PYNDORAMA

O Coletyvo Pyndorama foi criado em 2020 devido à dificuldade de formalizar, no espaço universitário, ações educativas e de pesquisa na temática das ciências, tecnologias e culturas africanas, indígenas e diaspóricas e de conseguir apoios para a sua realização.

Inicialmente, o Pyndorama foi proposto como um programa institucional de ensino, pesquisa e extensão universitária, mas depois ganhou a identidade de coletivo independente, livre e popular, com o intuito de incentivar e defender ações sobre as temáticas de interesse, dentro e fora da universidade.

Essa mudança ampliou a identidade do coletivo e gerou a possibilidade de expandir para fora do ambiente universitário o seu alcance e engajamento. Mais tarde, já em 2023, ganhou a identidade de Coletyva, em honra ao berço civilizatório matriarcal que orienta o pensamento e a organização social na África negra, conforme descreveu Cheik Anta Diop.

A grafia é com Y, que na tradição de algumas línguas indígenas como o Tupy-Guarany, é vogal sagrada. Sua utilização na escrita em português expressa o manifesto, uma demarcação indígena na língua do colonizador, conforme defende o artista indígena potiguara João Nyn.

A Coletyva Pyndorama utiliza como proposta metodológica a construção partilhada de conhecimento. Por isso, dialoga com uma ampla rede de pessoas e instituições comprometidas com o contra-colonialismo e contra-racismo, bem como com a justiça histórica e cognitiva para com sociedades negras e indígenas. Aqui você encontrará informações sobre as ações que apoiamos e os materiais que produzimos. Desejamos a você que nos visita uma ótima experiência.

Para saber mais e apoiar a Coletyva, acesse: <https://www.coletyvapyndorama.com/> ou escaneie o código QR abaixo:



sobre o



O **Instituto Hórus Cultura, Educação e Desenvolvimento Humano**, publicamente apresentado como **Instituto Hoju**, está diretamente ligado às matrizes civilizatórias e aos valores culturais dos grupos étnicos: a) que já habitavam as terras brasileiras, antes da invasão portuguesa, os Povos da Floresta, Pindorâmicos, Indígenas, Povos Originários; b) os grupos humanos que foram sequestrados do continente africano, no período da Escravidão Atlântica, para serem escravizados nas Américas, e principalmente no Brasil; Povos e Comunidade Negras Tradicionais de Matrizes Africanas; Afrodescendentes; Afro-brasileiros; Afro-diaspóricos.

Nascido em 1998, no Morro da Mangueira, uma favela localizada entre a Zona Central e Norte da cidade do Rio de Janeiro, o Hoju foi parido por MULHERES NEGRAS, MÃES e organicamente EDUCADORAS, preocupadas com a recorrente violência policial e sua ostensiva presença nas favelas da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Elas iniciaram a organização de atividades socioeducativas e culturais, buscando valorizar a “prata da casa”. Sistematizando uma pedagogia autoral, hoje denominada Pedagogia da Mãe ou Pedagogia Matriarcal, elas iniciaram a restituição da feminilidade afroindígena realocando da periferia para o centro, a Mãe, o feminino co-criador do universo, (re) organizador do caos social. A valorização da Mãe como matripotência (Oyewumi, 2016) e matricentralidade (Amadiume, 1987), teve sua efetividade e legou frutos inestimáveis à instituição: desde o sucesso no alcance das metas

metas de projetos e ações, até as mudanças comportamentais positivas, das pessoas beneficiadas nos projetos.

O público prioritário, mas não exclusivo, são famílias pretas e pardas, com foco para crianças adolescentes e mulheres mães, população que historicamente vivenciou no passado e vivencia no presente um alto grau de vulnerabilidade social e econômica.

O Instituto desenvolve projetos e atividades continuadas voltadas ao desenvolvimento integral da pessoa humana, organizadas em quatro eixos (Educação, Política, Ambiental e Economia), transversalizados pelos eixos Cultura e Serviço Social, com foco na inclusão socioeconômica, cívica e cultural.

Para saber mais sobre o Instituto Hoju, seus projetos e ações, acesse o site <http://www.institutohoju.org.br/> ou escaneie o código QR abaixo





*Peixes, por Carlos Pereira
Aquarela em papel, 2024*

Fundo: Oceano, por Carlos Pereira. Aquarela em papel, 2024

sobre a ALDEIA

MARAKAN'Á

A aldeia Marakan'á é uma aldeia pluriétnica, com presença de indígenas de diferentes etnias, entre elas Guajajara, Ashaninka, Kariri-Xocó, Tikuna, Awa Guarani, Awa Kaiowá, Puri, Tupinambá e Potyguara, também acolhendo indígenas caminhantes, originários de diferentes territórios. Lá se falam principalmente as línguas: Ze'egete, Guarani Mbya e Guarani Kaiowá. A população é variável, sendo que, fixados, existem seis famílias, com 40 indígenas, aproximadamente. A liderança é do Cacique Urutau Guajajara e de sua esposa Potyra Guajajara.

A presença indígena na região onde a aldeia se encontra remete aos tempos pré-coloniais. Na época da colonização de Pyndorama (nome indígena dado ao litoral brasileiro) e das primeiras invasões do território que hoje conhecemos como cidade do Rio de Janeiro, havia aqui, nesse mesmo território, aldeias de diferentes povos, cada uma com suas culturas, costumes e tecnologias. Uma delas, é a aldeia Jabeberacica, que ficava na região de um rio chamado Maracanã, em virtude da grande quantidade de aves Maracanãs que ali se via. Essa aldeia é lembrada por sua bravura e resistência. Contudo, em 1587 ela foi dada por destruída, fato aclamado entre os colonizadores: “São Sebastião, padroeiro da colonização do Rio de Janeiro, destruiu os tamoios (tamüia) e (...) ‘não existem mais absolutamente suas antigas terras’” (GODOY, s/d.). Muito possivelmente, naquele momento, tenha começado a organização pela retomada do território pelos indígenas sobreviventes, que resistiram ao tempo e ao apagamento, mas que

tiveram que deixar seu território, afirmação que vai contra a narrativa histórica do colonizador que prega a passividade e desarticulação indígena.

A região de Jabeberacica foi ocupada por fazendas de cana de açúcar que, no final do século 18 pertenciam aos Jesuítas. Mais tarde essas fazendas foram divididas, loteadas e vendidas, inclusive a Fazenda de São Cristóvão, por onde passava o Rio Maracanã. Em 1850, parte da área dessa fazenda, perto de onde hoje temos o Estádio do Maracanã, a UERJ (construída sobre um cemitério indígena) e a Quinta da Boa Vista, foi cedida pela Coroa ao Duque de Saxe, príncipe alemão da Casa de Saxe-Coburgo-Gota, oficial da Marinha austro-húngara e almirante da Armada Imperial Brasileira, como dote pelo desposamento de uma de suas filhas com a princesa Leopoldina. Anos mais tarde, em 1865, o Duque doa essa área, que era de 14.300 m², para serem destinados *ad eternum* para a pesquisa dos tubérculos e sementes e seus domesticadores (os indígenas). Contudo, a área foi destinada, em 1884, para a construção do Derby Club, que lá funcionou até 1889, quando passou a ser usada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, já na época da República, resgatando a função originária do local, tanto que em 1910 funcionava lá um centro de pesquisa de plantas nativas que integrava conhecimentos indígenas.

Vinculado a esse ministério, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (originalmente SPILPA - Serviço de Proteção



ALDEIA MARAKAN'Á

ao Índio e Localização de Pequenos Agricultores) que serviu, contudo, para conter o movimento indígena. Em 1953 foi criado no local, por Darcy Ribeiro, o Museu do Índio, primeiro da América Latina, mas em 1960 os serviços destinados aos povos indígenas foram levados para Brasília. Em 1968 extingue-se o SPI e cria-se somente uma fundação (a Funai – Fundação Nacional do Índio) que passa para o Ministério da Justiça. Devido a denúncia contra o SPI pelo genocídio e tortura dos povos indígenas, é entregue ao procurador da República, Jader Figueiredo, um levantamento sobre o genocídio, que tinha cerca de 15mil paginas (quase metade delas perdida), conhecido como Relatório Figueiredo. Em 1978 o Museu do Índio é transferido para Botafogo e os prédios que compunham todo o complexo arquitetônico no Bairro Maracanã ficaram subutilizados ou abandonados (hoje, do complexo original só existe o prédio principal, pouco conservado).

Mais tarde, já na década de 1990, um movimento que se afirma na cidade do Rio de Janeiro durante a Conferência Rio 92, e que envolve indígenas de diversas etnias habitantes principalmente da região metropolitana do RJ, nos municípios da chamada baixada fluminense, e da própria capital, vai começar a articular a retomada desse território, o que ocorre somente em 2006, com a fundação da Aldeia Marakan'á, durante o I Congresso Tamoio dos Povos Originários, defendendo a memória e resistência indígena e considerando justa a ocupação indígena de um território ancestral e sagrado, marcado, inclusive, pelo

histórico de ações de preservação das culturas originárias. Desde então, o espaço serve também de acolhimento a indígenas caminantes e a descendentes dos moradores originários da região, em situação de risco social. O período de 2013 a 2016 foi particularmente tenso, devido às investidas do capital e do governo para remover a Aldeia Marakan'á em favor da construção de estabelecimentos de apoio (shopping, estacionamento, entre outros projetos) para os grandes eventos esportivos da cidade (Copa do Mundo e Olimpíadas). A memória desse período guarda marcas de profunda violência e truculência contra indígenas e ativistas em protesto. Expulsos do território em 2013, começa-se uma jornada de organização da retomada, que ocorreu em 2016, quando em decorrência de Ação Civil Pública, foi reconhecida pela Justiça, na sentença de juízo federal, o direito de uso, de manejo indígena do imóvel/território.

Hoje a aldeia ainda busca o reconhecimento do espaço como aldeia indígena urbana e busca parcerias para recuperação do imóvel que abrigou o Museu do Índio, sede da Pluriversidade Indígena Marakan'á, fundada pela Aldeia como um centro de referência em estudos e pesquisas sobre povos originários. Em 10 de agosto de 2022, houve a tentativa de uma nova audiência de julgamento do processo da Aldeia, o que causou grande mobilização de indígenas e apoiadores, pelo risco da decisão ser tomada sem a presença e consentimento das lideranças indígenas, em favor dos interesses capitalistas.



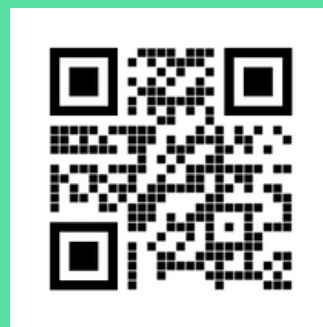
ALDEIA MARAKANÁ

Em entrevista para “A Palavra Solta”, Urutau afirmou que a “aldeia Maracanã hoje é uma referência nacional e internacional de luta. De resistência indígena em grandes centros urbanos (...) Pela própria literatura indígena a partir do século XVIII, deu-se como extinto aqui na região do Rio de Janeiro, no Sudeste em geral. Mas eis que esses parentes teimaram em retornar e recontar essa história (...) E a Aldeia Maracanã é essa forma de recontar, de reafirmação, de ressurgimento dos povos. Hoje, através da Aldeia Maracanã, nós conseguimos ver o crescimento do povo Puri (originário aqui do Rio de Janeiro), bem como Tupinambá. Onde já se ouviu falar de Goytacaz? Dados como extintos. Mas não se fala da diáspora Goytacaz. Os que não morreram, fugiram, sobreviveram na mistura: tornaram-se os lavradores da região de Campos, do Rio Pombas, Paraíba do Sul. Ficaram invisibilizados, e até a literatura tem a sua função, de invisibilizar. São povos que estão aí, encobertos pela miscigenação, vivos e sem contar a sua história.

Quando surge a Aldeia Maracanã, começa um resgate dessa função. Apanhamos muito. A sociedade nacional nos condena: como assim índio urbano? No meio do Rio de Janeiro? Isso não pode, é como se soasse a eles um erro do seu processo de civilização, é inconcebível”.

A aldeia Marakan’á mantém diferentes projetos e iniciativas relacionadas à valorização e preservação das memórias, ciências e tecnologias indígenas, como a Universidade Indígena (Pluriversidade Indígena Marakan’á) e o CESAC - Centro de Etnoconhecimento Sócio-ambiental Cauiré.

Para saber mais sobre a Aldeia Marakan’á, acesse o site da aldeia pelo endereço <https://www.aldeiamarakana.com/> ou a página da aldeia nas redes sociais clicando [aqui](#). Você também pode escanear o Código QR abaixo para ir diretamente ao site da aldeia.



ALDEIA REXISTE